

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

5



Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas
5**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-052-0

DOI 10.22533/at.ed.520191701

1. Ciências humanas. 2. Identidade de gênero. 3. Serviço social.
I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 372.8

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 5, apresenta 33 capítulos sobre os aspectos diversos das Ciências Humanas. Os temas têm como peculiaridade exibir no contexto atual as situações vinculadas a gestão de saúde, a questão de gênero, mulheres e vulnerabilidades, o papel do Serviço Social na sociedade e a política social na contemporaneidade.

Com o enfoque de contribuir no bem estar do coletivo e a integração desses no âmbito da sociedade são as principais preocupações expostas nos capítulos. A obra contribui na ampla relevância dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos e através da complexidade dos fatos reais, tem como característica dar visibilidade a importância da formulação de políticas públicas no Brasil.

A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGENDAS REALIZADAS NA ÁREA DA SAÚDE: OBJETIVOS, AÇÕES E RESULTADOS DOS GOVERNOS FHC E LULA <i>Oleg Abramov</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917011	
CAPÍTULO 2	16
CONSELHOS DE SAÚDE: A PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL (CES/RS) <i>Maria Alice Gabiatti Alessio</i> <i>Ronaldo Bordin</i> <i>Roger dos Santos Rosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917012	
CAPÍTULO 3	31
GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: A FUNDAÇÃO ESTATAL DE DIREITO PRIVADO E AS REPERCUSSÕES PARA OS TRABALHADORES <i>Luciene Rodrigues da Silva Garcia Augusto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917013	
CAPÍTULO 4	42
INOVAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO DO PROJETO MÃO AMIGA <i>Cassiane Chais</i> <i>Jaime João Bettega</i> <i>Adrieli Alves Pereira Radaelli</i> <i>Oberdan Teles da Silva</i> <i>Paula Patrícia Ganzer</i> <i>Pelayo Munhoz Olea</i> <i>Eric Charles Henri Dorion</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917014	
CAPÍTULO 5	56
POLÍTICA DE SAÚDE: TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E DIREITOS HUMANOS <i>Neimy Batista da Silva</i> <i>Danúbia de Brito Rodrigues Silva</i> <i>Adelaine da Silva Santos de Jesus</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917015	
CAPÍTULO 6	66
PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS NA UFF CAMPOS <i>Alessandra de Muros Xavier</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917016	
CAPÍTULO 7	76
VOZES DE MULHERES: O “APRENDER A FALAR” A PARTIR DOS CLUBES DE TROCA E NOVAS POSICIONALIDADES <i>Maria Izabel Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917017	

CAPÍTULO 8 89

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E ESTUPRO DE VULNERÁVEL: UMA ANÁLISE DE DISCURSO DE REPORTAGENS DO G1

Julia Mello dos Santos

Karen Costa Krüger

DOI 10.22533/at.ed.5201917018

CAPÍTULO 9 94

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E REPERCUSSÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL: INTERFACES DA FEMINIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO

Solange dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.5201917019

CAPÍTULO 10 105

TRABALHO FEMININO? A CONFIGURAÇÃO DE GÊNERO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Diego Tabosa da Silva

Noêmia de Fátima Silva Lopes

Rafaelle Vanny

DOI 10.22533/at.ed.52019170110

CAPÍTULO 11 117

APOLOGIA À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA MÚSICA

Elaine Silva Alegre

Liliane Capilé Charbel Novais

Marilza de Fátima Souza

Rozimeire Stiko Shimizu

DOI 10.22533/at.ed.52019170111

CAPÍTULO 12 129

BUNDA: RAÇA E POLÍTICA VISUAL NO BRASIL

Ana Paula Garcia Boscatti

Joana Maria Pedro

DOI 10.22533/at.ed.52019170112

CAPÍTULO 13 143

AS PRÁTICAS TERAPÊUTICAS E O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Letícia Pereira Dourado

Lilian Fernanda Silva

Dameres Gonçalves Martins

Daniele Lopes Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.52019170113

CAPÍTULO 14 154

POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: REBATIMENTOS SOBRE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Mayéwe Elyênia Alves dos Santos

Palloma Maria Gomes Jácome

DOI 10.22533/at.ed.52019170114

CAPÍTULO 15	165
SERVIÇO SOCIAL E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA DA POLÍTICA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Ângela Kaline da Silva Santos</i>	
<i>Lucicleide Cândido dos Santos</i>	
<i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170115	
CAPÍTULO 16	173
PÓS-MODERNISMO E OS ENTRAVES E DESAFIOS POSTOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Bismarck Oliveira da Silva</i>	
<i>Maria Tereza de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170116	
CAPÍTULO 17	185
ADOÇÃO DE CRIANÇAS BRASILEIRAS NA EUROPA: O PERCURSO DAS FAMÍLIAS ITALIANAS	
<i>Gisele Caroline Ribeiro Anselmo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170117	
CAPÍTULO 18	200
TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE: DESAFIOS PARA A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL	
<i>Mirna Carriel Cleto</i>	
<i>Marcos Claudio Signorelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170118	
CAPÍTULO 19	214
REDEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	
<i>Nayanna Sabiá de Moura</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170119	
CAPÍTULO 20	229
REVISITANDO O PENSAMENTO DO GUNNAR MYRDAL E AMARTYA SEN SOBRE O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL	
<i>Nilton Marques de Oliveira</i>	
<i>Udo Strassburg</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170120	
CAPÍTULO 21	243
CAPITALISMO MONOPOLISTA, QUESTÃO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	
<i>Mayra Hellen Vieira de Andrade</i>	
<i>Ingrid Stephany Freire da Silva</i>	
<i>Angely Dias da Cunha</i>	
<i>Nirleide Dantas Lopes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170121	

CAPÍTULO 22 256

O QUE SE FALA DAQUELES A QUEM NÃO SE DÁ OUVIDOS: IMPRENSA E MORADORES DE RUA EM CUIABÁ-MT E REGIÃO

Juliano Batista dos Santos

Juliana Abonizio

DOI 10.22533/at.ed.52019170122

CAPÍTULO 23 270

ANÁLISE DA LÓGICA DE PENSAMENTO DE THOMAS KUHN E KARL POPPER FACE A SOCIOLOGIA

Nei Alberto Salles Filho

Daniele Cristina Bahniuk Mendes

Thais Cristina dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.52019170123

CAPÍTULO 24 280

COMPARECIMENTO, ALIENAÇÃO ELEITORAL E O ÍNDICE DE FRACIONALIZAÇÃO

Franklin Soldati

DOI 10.22533/at.ed.52019170124

CAPÍTULO 25 294

CONSTRUÇÃO DA POSIÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO REFERENTE À PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM: PRIMÓRDIOS E ATUALIDADE

Ana Luci Paz Lopes

DOI 10.22533/at.ed.52019170125

CAPÍTULO 26 309

DO “MEU EU-BEIJU” À PESQUISA - AS MINAS DO CORRE: MULHERES QUE TRABALHAM NO COMÉRCIO DE DROGAS

Patricia Baptista Guerino

Marlene Tamanini

DOI 10.22533/at.ed.52019170126

CAPÍTULO 27 324

IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Maria Isabel Lopes Perez

DOI 10.22533/at.ed.52019170127

CAPÍTULO 28 335

ÍNDICES DE GERAÇÃO DE SEGURANÇA HUMANA: APLICAÇÃO COMPARADA AOS CASOS DO PERU E COLÔMBIA

Fábio Rodrigo Ferreira Nobre

DOI 10.22533/at.ed.52019170128

CAPÍTULO 29 354

REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA PARA OS “NOVOS ROSTOS” DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL

Vanito Ianium Vieira Cá

Jussara Maria Rosa Mendes

DOI 10.22533/at.ed.52019170129

CAPÍTULO 30	368
INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO, AÇÃO COLETIVA E ESCOLHA RACIONAL: QUAIS SÃO OS EFEITOS DESSA INTERAÇÃO PARA A QUALIDADE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA?	
<i>Mariana Dionísio de Andrade</i> <i>Rodrigo Ferraz de Castro Remígio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170130	
CAPÍTULO 31	385
O ESTADO DA ARTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: UMA REVISÃO DA LITERATURA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO	
<i>Geovana Azevedo da Costa</i> <i>Olívia Cristina Perez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170131	
CAPÍTULO 32	401
O PAPEL DO ESTADO CAPITALISTA E SUAS “NOVAS” CONFIGURAÇÕES FRENTE A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Ingridy Lammonikelly da Silva Lima</i> <i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i> <i>José Rangel de Paiva Neto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170132	
CAPÍTULO 33	409
ZERO HORA E CRISE POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL SOBRE O GOVERNO ESTADUAL EM 2015	
<i>Rodolfo Silva Marques</i> <i>Bruno da Silva Conceição</i> <i>Luciana Pazini Papi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170133	
SOBRE A ORGANIZADORA	425

O PAPEL DO ESTADO CAPITALISTA E SUAS “NOVAS” CONFIGURAÇÕES FRENTE A QUESTÃO SOCIAL

Ingridy Lammonikelly da Silva Lima

Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa - PB

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa – PB

José Rangel de Paiva Neto

Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa – PB

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar as novas formatações do Estado Brasileiro frente as modificações ocorridas no capitalismo contemporâneo, com enfoque no caráter constituído quanto interventor, ao qual amplia sua faceta contraditória. Para tal análise, utiliza-se o materialismo histórico dialético quanto aporte para uma revisão literária, que busca aproximar-se com maior efetividade da essência do fenômeno, afim de desvelar e esmiuçar processos naturalizados ao campo da aparência. Para tanto, a análise crítica constitui-se através de um percurso histórico que resgata fundamentos importantes da organização social capitalista, através das suas bases no antagonismo de classes e conseqüentemente na exploração da força de trabalho da classe desfavorecida, perpassando pela fundação e organização do Estado capitalista.

Visualizando primariamente sua atuação ancorada na preservação das condições que permitem a produção e reprodução do sistema vigente, de forma autônoma às vias privadas. Analisando também sua força de contenção, resguardada por um aparato coercitivo que protege os interesses dominantes frente a qualquer quadro estabelecido, assim como sua capacidade ideológica de instituir um modelo jusnaturalizado que apresenta-se quanto alternativa última aos males da organização social. Tais elementos evidenciam e permitem a compreensão do papel contínuo do Estado contemporaneamente e suas nuances a partir da era dos monopólios em especial no período pós crise estrutural do capitalismo (que configura a contemporaneidade), posicionando suas concessões e avanços caminhando lado a lado ao caráter emergencial de conservação, de favorecimento da classe dominante, da manutenção do antagonismo de classes, descartando assim a real transformação social através de suas ações.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo; Estado; Transformação; Contemporaneidade.

ABSTRACT: This article aims to analyze the new formations of the Brazilian State in the face of the changes that occurred in contemporary capitalism, with a focus on the character constituted as an intervener, to which it enlarges

its contradictory facet. For this analysis, dialectical historical materialism is used as a contribution to a literary revision, which seeks to approach with greater effectiveness the essence of the phenomenon, in order to unveil and smash processes naturalized to the field of appearance. For this, the critical analysis is constituted through a historical route that rescues important foundations of the capitalist social organization, through its bases in the antagonism of classes and consequently in the exploitation of the labor force of the disadvantaged class, passing through the foundation and organization of the State capitalist. Primarily visualizing its action anchored in the preservation of the conditions that allow the production and reproduction of the current system, autonomously to the private roads. It also analyzes its restraining force, protected by a coercive apparatus that protects dominant interests against any established framework, as well as its ideological capacity to institute a just naturalized model that presents itself as the ultimate alternative to the evils of social organization. These elements evidence and allow the understanding of the continuous role of the state today and its nuances from the era of monopolies, especially in the post-structural crisis of capitalism (which configures contemporaneity), positioning its concessions and advances along side the emergency character of preservation, of favoring the ruling class, of maintaining class antagonism, thus discarding the actual social transformation through its actions.

KEYWORDS: Capitalism; State; Transformation; Contemporaneity.

1 | INTRODUÇÃO

O capitalismo na contemporaneidade através do empreendimento de mecanismos para sua autopreservação elaborou uma gama de transformações, que mesmo não modificando sua essência quanto sistema, proporcionou inflexões diretas e indiretas em todas as dimensões da vida humana.

É válido salientar que a gênese estrutural da sociedade capitalista constitui-se através do antagonismo de classes, numa relação de exploração da classe detentora dos meios de produção, a burguesia, sobre a classe expropriada, a classe trabalhadora. Enraizada na produção de mercadorias, as relações de trabalho nessa sociedade são também mercadorias. Com uma característica peculiar, a mercadoria força de trabalho possui um excedente lucrativo, porque ao serem expulsos de suas terras e sem os seus meios de produção, aos trabalhadores restou vender o que lhe sobrou, a sua força de trabalho.

No entanto a classe trabalhadora não aceita os ditames impostos de modo neutro e naturalizante, ao contrário, constrói um projeto de disputa política pela hegemonia. Tal disputa pela hegemonia, não fica fadada as particularidades da sociedade civil, mas organiza-se quando vontade coletiva para disputa da instância central de representatividade dentro do capitalismo, o Estado.

Desse modo, ao visualizarmos o funcionamento da fase contemporânea da sociedade, assim como a sua contradição fundante e ineliminável neste sistema,

devemos discutir os mecanismos de legitimação, que possibilitam a organização funcional da sociedade no modo de produção capitalista.

O processo histórico da sociedade de classe e a organização do Estado frente a isso são os pontos de partida para as indagações, análises e sínteses realizadas nesse estudo, que preconiza quanto método o materialismo histórico dialético, proporcionando à revisão bibliográfica a máxima aproximação com a essência do fenômeno.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Estado, comitê executivo da burguesia: elementos introdutórios

O Estado, ao contrário do que pensava Hegel, não trata-se da razão da sociedade capitalista. Marx não deixou uma obra cuja a temática fosse a compreensão do Estado, talvez por compreender que o segredo para o entendimento das relações sociais não estivessem no Estado, mas sim na formação e no funcionamento da lógica burguesa. No entanto, o entendimento de Marx por parte do Estado pode ser sentido em suas obras, quando o mesmo examinou com êxito as relações de produção do capitalismo, como bem nos mostra Mascaro (2015) ao examinar a *“Crítica da filosofia do direito de Hegel”* e *“O 18 Brumário de Luís Bonaparte”*.

No *“O 18 Brumário de Luís Bonaparte”*, Marx nos mostra a sua compreensão sob o Estado, quando – a partir de uma análise crítica – desenvolve um estudo de conjuntura, no qual mostra como Luís Napoleão dobra a própria burguesia e toma o Estado. Conforme Mascaro (2015, p.19) descreve ao analisa esta celebre obra.

[...] Marx afirma também que a burguesia pode ter momentos de não conseguir fazer o que precisa para afirmar sua dominação geral de classe sobre a sociedade. Nessas horas, disfuncionais, quando a administração do capitalismo não consegue mais ser feita pela própria burguesia, porque seus setores se digladiam, vem o golpe, conforme identificou Marx. No entanto, no momento em que a força externa impõe outra ordem, ela acaba também sendo burguesa, porque não se tirou a propriedade nem a indústria nem o comércio da burguesia. Ela opera no seio de suas formas. Ou seja, por vezes, quando a classe burguesa não consegue administrar a sociedade em benefício do capital, como foi o caso da França de Luís Bonaparte, há um golpe contra a burguesia para salvar o capitalismo.

Assim, não resta dúvidas do que o Estado é produto desta sociedade, cujo sentido está em sustentar a estrutura de classe e as relações de produção. O capitalismo não é fruto do Estado, ao contrário, seu desenvolvimento e plenitude, tal como podemos visualizar hoje, só pode ser sentido a partir do desenvolvimento do metabolismo do capital, que permitiu o isolamento das esferas públicas e privada da sociedade, a generalização da sociedade de mercadorias, baseada na propriedade privada. Nas palavras do Mandel o Estado burguês (ano, p. 335) “[...] se distingue de todas as formas pré-capitalistas de governo pelo fato e não se basear em relações extra-econômicas de coerção e dependência, mas em relações “livres de trocas””.

Segundo Mandel (1982) pode-se dizer que o Estado burguês desenvolve três funções centrais para a legitimação do desenvolvimento capitalista. A primeira delas é criar as condições que possibilitam a produção capitalista, as quais não podem ser subsidiadas pelos setores privados da burguesia. Ou seja, o capitalismo não utiliza diretamente do alicerce da classe dominante, no local disso, dá forças ao Estado para que ele produza formas e condições de pensar e executar os ditames necessários para a reprodução do sistema. A segunda característica destacada pelo autor, trata-se da força opressora do capitalismo que é exercida pelo Estado, à exemplo da Polícia, do Exército, que estão sempre de prontidão, camuflado por um discurso de Segurança Nacional, mas que na essência serve para proteger a propriedade privada dos senhores burgueses. A terceira particularidade está vinculada diretamente com a reprodução da ideologia burguesa e vem mediado a relação contemporânea do Estado na sociedade. O Estado passa a capitanear a ideologia capitalista como única saída para a harmonia societária, passa a executar a função de Estado provedor.

O redirecionamento do Estado está, intimamente, articulado com o estágio do desenvolvimento capitalista e com o amadurecimento político da classe trabalhadora, que passa a se reconhecer enquanto classe para si. O Estado então, contraditório como é todo movimento da sociedade, passa de um Estado opressor para um Estado provedor, atendendo as demandas do capital – que necessita de mão de obra qualificada e íntegra – a fim de atender as necessidades de produção e reprodução capitalista – um exército capaz, pronto para ser utilizado (leia-se explorado) pela burguesia.

Entretanto, a abertura de concessão do Estado, deixando de ser somente opressor, permitiu a classe trabalhadora o exercício da correlação de forças, como um cabo de guerra, permitindo a conquista de alguns direitos reivindicatórios.

A transição do capitalismo concorrencial para a fase imperialista redefiniu também as funções do Estado. Isto não quer dizer que o Estado não se constitui, mas, neste estágio de desenvolvimento capitalista, como reprodutor e defensor da ordem operandi do capital, o que há é uma redefinição do papel estatal, com o objetivo de encontrar novas e reeditar velhas formas de legitimação do capital.

Assim, para Mandel (1982) o Estado passa a incorporar as demandas contemporâneas do capital, que acaba por ampliar as suas funções. A redução da rotação do capital, as inovações tecnológicas e o aumento dos custos do projeto de acumulação do capital, são apontados pelo autor como as principais incorporações do Estado no capitalismo tardio.

O principal intuito do Estado, nesta fase do desenvolvimento, é criar as condições necessárias para solucionar as problemáticas e limitações que o capital vem enfrentando desde a última crise sistêmica, em curso até os nossos dias. O controle da classe trabalhadora passa a ser realizado por meio das legislações sociais, correspondendo aos interesses da acumulação ampliada, assegurando a reprodução da força de trabalho e o controle ideológico da sociedade de classes.

2.2 Atribuições do Estado na contemporaneidade

O caráter contraditório do capitalismo é amplificado durante o capitalismo monopolista, com a caracterização do Estado enquanto aparelho de concessão de direitos sociais. A contradição nos permite visualizar que a compreensão destes processos não pode haver sem uma análise profunda das raízes que sustentam este sistema, uma vez que o Estado em sua forma ampliada, atendendo tanto os anseios do capital, quanto da sociedade civil, não perde o seu verdadeiro cerne que é de aliança estruturante com a burguesia.

A configuração do aparelho estatal diante da fase monopolista do capital, fez com que as discussões em torno da cidadania articuladas a concessão de direitos ganhassem destaca cada vez mais na nossa sociedade. Podemos visualizar tal fato por meio da tese defendida por Marshall, a qual sustenta a ideia de que a cidadania seria formada e determinada através do direito.

Marshall examinava a sociedade diante da passagem do liberalismo para o Estado social, apontando as três gerações do direito: o político, os civis e os sociais. É a partir do século XX que a os direitos sociais, segundo Marshall passa a ser regulada pela cidadania, a qual deve ser reconhecida pelo Estado.

A conquista dos direitos, reconhecido pelo Estado ocorreria, assim, atrelado ao reconhecimento da cidadania. Entretanto, está não foi uma realidade vivenciada mundialmente, ao contrário a intervenção do Estado, em meio ao mercado e a sociedade civil só foi efetuada nos países de capitalismo desenvolvido, os quais utilizaram da economia dos países dependentes para instituir o domínio burguês.

Vários são os estudos que tratam de analisar o que foi a intervenção estatal, via políticas de concessão de direitos, nos países desenvolvidos. O Welfare Estate tratou-se de uma política estatal intervencionista, que predominou no pós segunda guerra mundial, como saída orquestrada da crise de 1929.

Entretanto, o Welfare State não se tratou de um processo homogêneo, efetuado por igual em todos os países, por isso há um grande esforço em determinar tipologias que expliquem o que foi a intervenção estatal que predominou junto ao Welfare State, o qual desenvolveu-se a partir dos princípios da social democracia.

Esping-Andersen (1991) ao analisar os *regimes de bem-estar social*, desenvolvidos nos países capitalistas – Ocidentais/europeus -, aponta três modelos de regimes básicos, caracterizado pelo grau de mercadorização, a saber: 1) o social-democrata, caracterizado pelo universalismo, pelos direitos sociais e pelo baixo nível de participação do mercado; 2) o conservador-corporativo, marcado pela lógica do seguro; 3) o liberal, o qual se baseia na perspectiva assistencialistas com efeitos redistributivos mínimos.

O Welfare State respondeu ao processo contraditório da sociedade capitalista, quando atendeu por um lado, a demanda da classe trabalhadora – principalmente os esforços reivindicatórios da social democracia – e por outro, quando utilizou de tais

demandas para traçar a caricatura de um Estado positivo para o social, enquanto legitimava e reafirmava o seu caráter burguês.

O colapso do capitalismo a partir dos anos de 1970 colocou por terra a objetividade do Welfare State. No campo dos intelectuais orgânicos da esquerda, tratou-se de uma incorporação errônea dos direitos trabalhista, que resumiu a luta de classe e a reformas políticas. Já para os setores da direita o Welfare State teria ocasionado à derrocada da estabilidade econômica, devido aos grandes gastos que impunha a manutenção dos direitos plenos. (FIORI, 1997)

Segundo Fiori (1997) diversos foram os fatores que destituíram o Estado de Bem Estar Social. O capitalismo necessitava se reestruturar da crise que se iniciava e a concessão de direitos foi o primeiro alvo a ser atacado, uma vez que o capitalismo necessitava fortalecer o mercado, tornando os serviços que eram públicos em privados, gerando mais e mais lucros, além do que, retiram de cena os deveres Estatais de mediar e regular as ações do mercado perante a sociedade civil.

Ao analisar este cenário Castel (2001) descreve as perdas que a classe trabalhadora vivencia diante do contexto pós Estado de Bem Estar Social, apontando para a necessidade de reconstrução do Estado protetor. Segundo ele o mundo passa a ser inserido em uma nova dinâmica, a qual irá denominar de nova questão social, por ver na contemporaneidade um caos muito mais ligado ao fim do pacto entre a classe trabalhadora e o capital, do que a própria contradição capitalista, a qual compreendemos como eliminável.

Segundo Castel (2001) o fim do Welfare State proporcionou uma crise da sociedade salaria, resultado na falência do modelo protetivo, gerando vulnerabilidade social, constituída pelo que ele chama dos “inempregáveis”.

A contemporaneidade das funções do Estado mediada pelas concessões no período áureo do Welfare State fez com que o projeto da classe trabalhadora, que tinha como fim a superação da sociedade capitalista, tivesse na disputa – um projeto que até então baseava-se nos princípios da própria classe trabalhadora – mas que aos poucos incorporou os ditames burgueses negando a necessidade da morte capitalista. Desta forma, podemos afirmar que o Welfare State passou a ser visto como proposta capaz de solucionar, dentro do próprio capitalismo, as expressões da “questão social”. Por isso, há uma defesa pelo retorno do Estado de Bem Estar Social, a qual direciona este projeto como caminho capaz de manter a harmonia da sociedade burguesa. (CASTEL, 2001).

No entanto, ao examinarmos este contexto, vivenciado pelos países europeus, é importante atentarmos para o fato de que o Welfare State tratou-se muito mais de um programa setorial, do que um programa universal, no sentido de que o mesmo não ocorreu em todos os países sobre a ordem capitalista, ficando os países de economia dependente sem ao menos compreender o que foi este processo nos países desenvolvidos, como foi e é o caso brasileiro.

3 | CONCLUSÃO

Compreender a sociedade capitalista, seus fundamentos e funcionalidades é de suma importância para entender e poder analisar os elementos que constitui a nossa realidade concreta.

A análise da essência desta sociedade, que nos mostra como o sistema funcional – no sentido literal da palavra – evidencia uma sociedade fundamentada em uma contradição que tem na lucratividade, através da produção de mercadorias, e na exploração, por meio da não socialização da riqueza produzida, o emaranhado que articula e permite a reprodução da ordem burguesa.

O Estado apresenta-se apenas como um meio de legitimação deste sistema, não está nele a solução da contradição capitalista, não será por meio dele que a classe trabalhadora chegará a superação e instituição de um nova sociabilidade. O problema está no fundamento que rege a sociedade capitalista e a solução está na destituição, morte do capital, o que só será possível por meio da luta de classe.

O Estado provedor tem se colocado como problemática na compreensão da classe trabalhadora quanto ao real papel que exerce o aparelho estatal. As Políticas sociais, tem criado a concepção de que a luta é por conquista de direito, que se finda na reestruturação e nas reformas da sociedade capitalista.

Evidentemente, não podemos negar que o exercício do Estado provedor tem possibilitado conquistas para a classe trabalhadora, conquistas que se colocam como meio e não como fim. Entretanto, a burguesia, a qual proporcionou este desenvolvimento estatal, de concessão e “atendimento” das demandas dos/as trabalhadores/as – não desconsiderando o papel organizativo da classe trabalhadora – tem utilizado destes elementos para barrar a luta de classe, proporcionando reformas, que em nada modifica a estrutura do capital.

Mandel (1982) atenta para duas preocupações do Estado na sociedade tardo burguesa, quais sejam: 1) transformar os interesses capitalistas em objetivos políticos nesta fase do capitalismo e; 2) como o poder econômico e a dominação ideológica podem ser traduzidos em controle do aparelho estatal.

A classe dominante vem traçando, com esperteza, o caminho para a manutenção da ordem, reforçando a força opressora do Estado, proporcionando a desorganização da classe trabalhadora, disseminando a sua ideologia, por meio do pensamento Pós-moderno, que traduz o conservadorismo como estratégia de dominação, e sobre um plano traçado que tem na reestruturação produtiva, capitaneado pelo projeto neoliberal a sua declarada ofensiva a classe trabalhadora.

Por isso, é preciso pensar estratégias que possam colocar os sujeitos sociais na cena política, organizativa e reivindicatória, pensando elementos que possam caminhar para o processo de transição, pensando uma sociedade onde a sua estruturação não seja construída na exploração e pela exploração.

REFERÊNCIAS

CASTEL, R. **As Metamorfoses da Questão Social**. Petrópolis: Vozes, 2001.

CIGNOLLI, A. **Estado e força de trabalho**: introdução à política social no Brasil. Ed. Brasiliense, 1985.

ESPING –ANDERSEN, C. As Três Economias Políticas do Welfare State. *In: Lua nova*, n.24, Set, 1991.

FIORI, J. L. Estado de Bem Estar Social: Padrões e Crises. *PHYSIS. In: Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, 1997.

LAURELL, A. C (Org) et al. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. *In: Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. Tradução de Rodrigo Leon Contrera. São Paulo: Cortez, 1995.

MANDEL, E. O Estado na Fase do Capitalismo Tardio. *In: O Capitalismo Tardio*. Trad. Carlos Eduardo S. Matos, *et al.* São Paulo: Abril Cultural. Os Economistas, 1982.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MASCARO, A. Marx, Engels e a crítica do Estado e do direito. *In: IV curso live-Marx-Engels: a criação destruidora/organização José Paulo Netto*. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015.

OLIVEIRA, F. M.C. O surgimento do Antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. *In: Os direitos do Antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Ed. Vozes. 1998.

SANTOS, WANDERLEY GUILHERME. **Cidadania e Justiça**: A Política Social na Ordem Brasileira. 3ª.ed. Editora Campus: Rio de Janeiro, 1994.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-052-0

